

Impactos das Crises de Preços dos Alimentos na Segurança Alimentar de Famílias Urbanas e Rurais

Impacts of Food Price Crises on the Food Security of Urban and Rural Families

Heris Coutinho Vieira 1

Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal (DF), Brasil

GT 10 - Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional e Dinâmicas de Consumo

Resumo: Este artigo analisa os impactos das crises de preços dos alimentos sobre a segurança alimentar de famílias urbanas e rurais, com base em revisão sistemática da literatura. O objetivo foi compreender como a produção científica recente tem tratado essa relação e identificar os principais padrões de vulnerabilidade, estratégias de adaptação e respostas institucionais associados à elevação dos preços dos alimentos. Metodologicamente, o estudo adotou uma revisão sistemática de caráter qualitativo, descritivo e analítico, orientada pelo protocolo PRISMA. A busca foi realizada nas bases Web of Science e Scopus, considerando artigos publicados entre 2010 e 2025, em português e inglês. Após a remoção de duplicatas e aplicação dos critérios de elegibilidade, o corpus final foi composto por 44 artigos. Os resultados mostram que a elevação dos preços dos alimentos afeta a segurança alimentar principalmente por meio da restrição do acesso econômico, da piora da qualidade da dieta e da intensificação de estratégias domésticas de adaptação. A revisão também evidencia que os efeitos da inflação alimentar não se distribuem de forma homogênea entre contextos urbanos e rurais, sendo mediados por fatores como renda, inserção nos mercados alimentares, capacidade de autoconsumo, gênero e cobertura de políticas públicas. Conclui-se que a insegurança alimentar em contextos de crise de preços constitui um fenômeno multidimensional, cuja compreensão exige articular mercado, desigualdade, território e ação estatal, de modo a subsidiar respostas públicas mais sensíveis às diferentes formas de vulnerabilidade no acesso à alimentação.

Palavras-chave: Segurança alimentar, Preços dos alimentos, Insegurança alimentar, Famílias urbanas e rurais.

Abstract: This article analyzes the impacts of food price crises on the food security of urban and rural households through a systematic literature review. The objective was to understand how recent scientific production has addressed this relationship and to identify the main patterns of vulnerability, adaptation strategies, and institutional responses associated with rising food prices. Methodologically, the study adopted a qualitative, descriptive, and analytical systematic review guided by the PRISMA protocol. The search was conducted in the Web of Science and Scopus, databases, considering articles published between 2010 and 2025 in Portuguese and English. After duplicate removal and application of the eligibility criteria, the final corpus consisted of 44 articles. The results show that rising food prices affect food security mainly through restricted economic access to food, deterioration in diet quality, and the intensification of household coping strategies. The review also shows that the effects of food price inflation are not distributed evenly across urban and rural contexts, but are mediated by factors such as income, position in food markets, capacity for self-consumption, gender, and coverage of public policies. It is concluded that food insecurity in contexts of food price crises is a multidimensional phenomenon whose understanding requires articulating market dynamics, inequality, territory, and state action in order to support public responses that are more sensitive to the different forms of vulnerability affecting access to food.

Keywords: food security, food prices, food insecurity, urban and rural households.

1. Introdução

A segurança alimentar voltou a ocupar posição central no debate público e acadêmico brasileiro diante da persistência da pobreza, da desigualdade social e da pressão exercida pelo encarecimento dos alimentos sobre o orçamento das famílias. No Brasil, os dados da PNAD Contínua: Segurança Alimentar 2023 mostram que 27,6% dos domicílios apresentavam algum grau de insegurança alimentar, enquanto 9,4% registravam insegurança alimentar moderada ou grave; além disso, a incidência foi mais elevada nas áreas rurais (12,7%) do que nas urbanas

(8,9%) (IBGE, 2024). Esses números indicam que a insegurança alimentar permanece associada a desigualdades socioeconômicas e territoriais, exigindo análises que articulem renda, preços, acesso e condições estruturais de reprodução da vida social (Ruel et al., 2010)

Esse cenário se torna ainda mais sensível quando se observa o comportamento recente dos preços dos alimentos. No Brasil, Cardoso et al. (2025) mostram que, entre janeiro de 2007 e janeiro de 2023, os preços dos alimentos acumularam alta de 250%, ao passo que o IPCA geral avançou 157% no mesmo período, o que revela trajetória de encarecimento superior à inflação média. Em complemento, o IBGE registrou que os preços dos produtos alimentícios subiram 2,95% em 2025, após alta de 7,69% em 2024, confirmando que, mesmo em contextos de desaceleração relativa, a inflação alimentar continua pesando de forma desproporcional sobre os grupos de menor renda, cuja cesta de consumo é mais concentrada em itens básicos (Cardoso et al., 2025; IBGE, 2026). Essa dinâmica reforça a percepção de que o aumento dos preços dos alimentos não representa apenas uma oscilação conjuntural, mas um fator capaz de comprometer diretamente o acesso regular e adequado à alimentação.

A literatura brasileira recente tem mostrado que a insegurança alimentar não pode ser explicada apenas pela disponibilidade física de alimentos, pois depende de um conjunto de fatores econômicos, distributivos, institucionais e territoriais. Jesus, Hoffmann e Miranda (2024), ao analisarem o caso brasileiro, demonstram forte associação entre insegurança alimentar, pobreza e concentração de renda. Em perspectiva convergente, Domene et al. (2023) sustentam que a segurança alimentar deve ser tratada como problema complexo, atravessado por condições de acesso, qualidade da dieta, ambiente alimentar e ação pública. Nessa chave interpretativa, a alta dos preços dos alimentos opera como mecanismo de agravamento de vulnerabilidades preexistentes, uma vez que reduz o poder de compra das famílias, pressiona o orçamento doméstico e induz estratégias de contenção do consumo.

A literatura internacional reforça esse argumento e permite ampliar o enquadramento analítico do problema. Ruel, Garrett e Yosef (2010), ao examinarem os efeitos combinados das crises alimentar, energética e financeira, argumentam que os pobres urbanos tendem a ser particularmente vulneráveis, pois dependem fortemente da compra de alimentos e possuem menor capacidade de amortecer choques prolongados de preços. Akter (2014), em estudo com comunidades rurais de Bangladesh, mostra que choques simultâneos de renda e de preços ampliam a insegurança alimentar e deterioram o bem-estar econômico dos domicílios. Já Matz, Kalkuhl e Abegaz (2015), analisando dados de áreas urbanas e rurais da Etiópia, identificam efeito negativo dos preços elevados dos cereais sobre indicadores de segurança alimentar, ainda

que com intensidade distinta segundo o território e o indicador observado. Em Malawi, Rudolf et al. (2019) verificam que aumentos no preço do milho reduzem a ingestão calórica média tanto em domicílios urbanos quanto rurais, com impacto especialmente severo entre os rurais sem terra.

Mais recentemente, Alam (2024), em estudo sobre Burkina Faso, observou que aumentos nos preços elevaram de forma imediata e persistente a insegurança alimentar, com efeitos mais fortes nas áreas rurais do que nas urbanas. Esses resultados mostram que a relação entre preço e segurança alimentar é robusta, mas também heterogênea, o que torna inadequadas interpretações simplificadoras sobre uma suposta vulnerabilidade uniforme de todos os grupos.

Nessa perspectiva, essa heterogeneidade é particularmente relevante para a comparação entre famílias urbanas e rurais. Em princípio, domicílios urbanos tendem a depender mais intensamente da compra de alimentos, o que os torna mais sensíveis à inflação alimentar. Entretanto, isso não significa proteção automática das famílias rurais, já que muitas também são compradoras líquidas de alimentos, convivem com renda instável, restrições de infraestrutura e acesso precário aos mercados. A própria evidência empírica recente sugere que a vulnerabilidade varia conforme fatores como posição do domicílio nos mercados alimentares, posse de ativos, autoconsumo, inserção produtiva e cobertura de políticas públicas, mais do que apenas pela localização territorial em si (Ruel; Garrett; Yosef, 2010; Matz; Kalkuhl; Abegaz, 2015; Alam, 2024).

No caso brasileiro, Rodrigues, Rosales e Costa (2025) acrescentam evidências relevantes a esse debate ao mostrar que aumentos nos preços dos alimentos reduzem a probabilidade de os domicílios alcançarem níveis mais favoráveis de segurança alimentar. O estudo também aponta mudanças na composição do dispêndio alimentar, sugerindo que o impacto da inflação não se limita à quantidade de alimentos consumidos, mas alcança a qualidade da dieta e as escolhas de consumo. Assim, o encarecimento dos alimentos deve ser compreendido não apenas como problema de preços, mas como processo que reorganiza práticas de compra, consumo e adaptação doméstica, com efeitos distintos entre grupos sociais e territórios.

Além da dimensão estritamente econômica, a atualidade do tema também se expressa no plano das políticas públicas. O III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2024-2027 reconhece que o aumento do custo dos alimentos e a persistência da fome exigem respostas intersetoriais voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2025). Esse reconhecimento institucional confirma que a análise das crises

de preços dos alimentos não se restringe a uma leitura conjuntural, mas se insere em debate mais amplo sobre proteção social, abastecimento, desigualdade territorial e capacidade estatal de mitigação.

Diante desse quadro, a questão que orienta este estudo é: como a literatura científica, publicada entre 2010 e 2025, tem analisado os impactos das crises de preços dos alimentos sobre a segurança alimentar de famílias urbanas e rurais, e quais padrões de vulnerabilidade, adaptação e resposta institucional emergem dessa produção? Parte-se da proposição analítica de que as crises de preços dos alimentos agravam a insegurança alimentar em contextos urbanos e rurais, mas seus efeitos variam conforme renda, posição dos domicílios nos mercados alimentares, capacidade de autoconsumo e cobertura de políticas públicas. Essa proposição orienta a leitura dos estudos selecionados e fundamenta a escolha pela revisão sistemática como estratégia de síntese e comparação da literatura

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa onde a justificativa reside, em primeiro lugar, na relevância social do tema, já que o encarecimento dos alimentos compromete diretamente as condições de reprodução material da vida, sobretudo entre famílias mais pobres. Em segundo lugar, o estudo se justifica por uma razão analítica: embora haja produção importante sobre inflação, pobreza e insegurança alimentar, a literatura ainda se apresenta dispersa quando se busca compreender, de forma comparativa e sistematizada, os impactos das crises de preços dos alimentos sobre famílias urbanas e rurais. Em terceiro lugar, a pesquisa também se justifica do ponto de vista das políticas públicas, pois a sistematização dos achados pode oferecer subsídios para respostas mais adequadas às diferenças territoriais e aos distintos modos de inserção dos domicílios nos mercados alimentares.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar, por meio de revisão sistemática da literatura, os impactos das crises de preços dos alimentos sobre a segurança alimentar de famílias urbanas e rurais. De forma mais específica, pretende-se: a) identificar como a literatura define e operacionaliza os conceitos de crise de preços dos alimentos e segurança alimentar; b) mapear os principais efeitos das altas de preços sobre acesso, consumo e qualidade da dieta; c) examinar as diferenças observadas entre famílias urbanas e rurais; d) sistematizar as estratégias de adaptação adotadas pelos domicílios diante da elevação dos preços; e e) reunir as respostas institucionais e políticas públicas apontadas como mecanismos de mitigação.

À luz dessas considerações, este artigo parte do entendimento de que as crises de preços dos alimentos não repercutem de maneira uniforme sobre a segurança alimentar, mas produzem efeitos diferenciados conforme as condições sociais, econômicas e territoriais em que os

domicílios se inserem. Nessa direção, a presente pesquisa propõe uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2010 e 2025, com o objetivo de compreender como a produção científica tem analisado os impactos da elevação dos preços dos alimentos sobre famílias urbanas e rurais, bem como identificar os principais padrões de vulnerabilidade, estratégias de adaptação e respostas institucionais presentes nesse debate. Ao reunir e sistematizar evidências dispersas, o estudo busca contribuir para o adensamento analítico do tema e para a construção de interpretações mais consistentes sobre as desigualdades que atravessam o acesso à alimentação.

2. Revisão da Literatura

A discussão sobre segurança alimentar em contextos de elevação dos preços dos alimentos ganhou centralidade na literatura internacional a partir da crise global de 2007–2008 e foi reforçada, nos anos recentes, pela pandemia de Covid-19, por tensões geopolíticas e pela persistência da inflação alimentar em diferentes países. Nesse debate, consolidou-se o entendimento de que a segurança alimentar não depende apenas da disponibilidade física de alimentos, mas também da capacidade econômica dos domicílios de adquiri-los de forma regular, adequada e suficiente (Ruel; Garrett; Yosef, 2010). Em situações de encarecimento persistente dos alimentos, essa capacidade tende a se deteriorar, sobretudo entre grupos de baixa renda, que destinam parcela mais elevada do orçamento ao consumo alimentar (FAO et al., 2025).

No Brasil, esse problema adquiriu nova urgência diante da piora recente dos indicadores de insegurança alimentar. A PNAD Contínua: Segurança Alimentar 2023 registrou que 27,6% dos domicílios brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar, enquanto 9,4% enfrentavam insegurança alimentar moderada ou grave. O levantamento também mostrou diferença territorial relevante: a insegurança alimentar moderada ou grave atingia 12,7% dos domicílios rurais e 8,9% dos urbanos, evidenciando que o acesso à alimentação permanece fortemente atravessado por desigualdades socioeconômicas e espaciais (IBGE, 2024).

A literatura brasileira recente tem interpretado esse quadro a partir de uma perspectiva estrutural. Jesus, Hoffmann e Miranda (2024) demonstram que a insegurança alimentar no Brasil se associa de forma consistente à pobreza e à concentração de renda, reforçando a ideia de que o problema deve ser compreendido para além da disponibilidade de alimentos. Em direção semelhante, Domene et al. (2023) sustentam que a segurança alimentar constitui um

fenômeno complexo, atravessado por dimensões econômicas, territoriais, ambientais e institucionais. Nessa chave interpretativa, a alta dos preços dos alimentos atua como mecanismo de agravamento de vulnerabilidades preexistentes, pois reduz o poder de compra das famílias, compromete a estabilidade do consumo e pode afetar a qualidade da dieta (Jesus; Hoffmann; Miranda, 2024; Domene et al., 2023).

No plano internacional, a literatura também mostra que os efeitos das crises de preços não se distribuem de maneira homogênea. Ruel, Garrett e Yosef (2010), em revisão de evidências sobre as crises alimentar, energética e financeira, argumentam que os pobres urbanos tendem a ser fortemente vulneráveis, por dependerem de forma mais intensa da compra de alimentos. Ao mesmo tempo, os autores alertam que isso não significa menor vulnerabilidade rural, uma vez que pequenos produtores, trabalhadores sem-terra e compradores líquidos de alimentos também sofrem fortemente com a elevação dos preços. Essa formulação é importante porque desloca a análise de uma oposição rígida entre urbano e rural para uma compreensão relacional da vulnerabilidade, centrada na posição dos domicílios nos mercados alimentares e em suas condições materiais de reprodução social (Ruel; Garrett; Yosef, 2010).

Os estudos empíricos posteriores aprofundaram essa agenda. Em particular, Akter (2014), ao analisar Bangladesh rural, mostrou que os choques simultâneos de renda e preços comprometem significativamente a segurança alimentar e o bem-estar econômico dos domicílios. Matz, Kalkuhl e Abegaz (2015), ao estudarem áreas urbanas e rurais da Etiópia, identificaram efeitos negativos dos preços elevados dos cereais sobre indicadores de segurança alimentar, embora com intensidade variável conforme o contexto e o indicador utilizado. Rudolf et al. (2019), em estudo sobre Malawi, verificaram que aumentos no preço do milho reduziram a ingestão calórica média em domicílios urbanos e rurais, com efeitos particularmente severos entre rurais sem terra.

Além disso, Alam et al. (2024) observaram, em Burkina Faso, que a elevação dos preços intensificou a insegurança alimentar de forma imediata e persistente, com maior intensidade nas áreas rurais. Em conjunto, esses estudos indicam que o impacto da inflação alimentar depende da interação entre renda, estrutura de gastos, inserção produtiva, posse de ativos e proteção social (Akter, 2014; Matz; Kalkuhl; Abegaz, 2015; Rudolf et al., 2019)

Outro aspecto recorrente na literatura é que as crises de preços dos alimentos não afetam apenas a quantidade consumida, mas também a qualidade da alimentação. O aumento persistente dos preços tende a induzir estratégias de adaptação como substituição por alimentos mais baratos, redução da diversidade alimentar, diminuição do número de refeições e

reorientação do orçamento doméstico em detrimento de outras necessidades básicas. O relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025* destaca, nesse sentido, que a inflação alimentar elevada compromete especialmente o acesso a dietas saudáveis, aprofundando desvantagens entre grupos vulneráveis. No caso brasileiro, Rodrigues, Rosales e Costa (2025) mostram que aumentos nos preços dos alimentos reduzem a probabilidade de melhores níveis de segurança alimentar entre os domicílios e alteram a composição do dispêndio alimentar, reforçando o vínculo entre preços, acesso e qualidade da dieta (FAO et al., 2025; Rodrigues; Rosales; Costa, 2025).

Apesar da relevância dessa produção, ainda são menos frequentes os estudos que sistematizam, de forma comparativa, como os impactos das crises de preços dos alimentos se distribuem entre famílias urbanas e rurais, quais variáveis explicativas aparecem com maior recorrência e de que modo as estratégias de adaptação e as respostas institucionais são tratadas pela literatura. Em outras palavras, há uma produção importante, mas relativamente dispersa, que ainda demanda síntese analítica mais organizada. É precisamente nessa lacuna que se insere o presente estudo. Em vez de tomar urbano e rural como categorias homogêneas, parte-se do pressuposto de que a vulnerabilidade alimentar é mediada por renda, dependência do mercado, capacidade de autoconsumo e cobertura por políticas públicas, o que exige uma leitura comparativa e relacional dos achados existentes (Ruel; Garrett; Yosef, 2010; Jesus; Hoffmann; Miranda, 2024).

3. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, de natureza qualitativa, descritiva e analítica, destinada a mapear, organizar e examinar a produção científica nacional e internacional sobre os impactos das crises de preços dos alimentos na segurança alimentar de famílias urbanas e rurais. Esse tipo de abordagem é adequado quando o objetivo consiste em sintetizar criticamente um conjunto de estudos dispersos, identificar padrões recorrentes, lacunas de pesquisa, enfoques analíticos predominantes e caminhos interpretativos adotados pela literatura. Diferentemente de revisões narrativas mais abertas, a revisão sistemática busca estruturar de forma explícita o processo de busca, seleção e análise dos estudos, elevando o grau de rigor e confiabilidade da síntese produzida, como argumentam Snyder (2019) e Xiao e Watson (2019).

Para assegurar maior transparência, consistência e replicabilidade na construção do corpus documental, o processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos

seguirá as diretrizes do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*). A versão PRISMA 2020, apresentada por Page et al. (2021), atualiza a diretriz anterior e oferece orientação mais completa sobre como relatar os métodos e os resultados de revisões sistemáticas.

A coleta dos estudos será realizada nas bases *Web of Science* e *Scopus*. A escolha dessas fontes se justifica por sua ampla cobertura multidisciplinar e por reunirem periódicos relevantes nas áreas de segurança alimentar, economia, sociologia rural, desenvolvimento e políticas públicas, campos diretamente relacionados ao problema investigado. A combinação entre bases internacionais e nacionais também é pertinente porque permite incluir, ao mesmo tempo, estudos comparativos produzidos em diferentes países e trabalhos voltados à realidade brasileira e latino-americana, o que amplia a capacidade analítica da revisão.

O recorte temporal adotado compreende os últimos quinze anos, abrangendo o período de 2010 a 2025. A escolha desse intervalo se justifica por duas razões complementares. Em primeiro lugar, ele contempla a produção científica posterior à crise global dos alimentos de 2007–2008, marco que reorientou o debate internacional sobre volatilidade de preços, vulnerabilidade social e acesso à alimentação, tema ressaltado na literatura de revisão de Ruel, Garrett e Yosef (2010). Em segundo lugar, o período incorpora os estudos produzidos no ciclo mais recente de inflação alimentar, incluindo o contexto da pandemia e da alta contemporânea dos preços dos alimentos, o que permite observar permanências e inflexões analíticas ao longo de um intervalo historicamente coerente.

3.1 Estratégia de busca e critérios de seleção

A estratégia de busca foi estruturada por meio de descritores combinados com operadores booleanos, ao contemplar termos amplamente utilizados na literatura internacional para designar os impactos nos preços e os reflexos na segurança alimentar. No Quadro 1, está descrito os termos utilizados para a pesquisa em ambas bases de dados e selecionados conforme os objetivos do estudo.

Além disso, como critérios de inclusão, serão considerados: i) artigos científicos publicados entre 2010 e 2025; ii) textos veiculados em periódicos revisados por pares; iii) estudos redigidos em português, inglês ou espanhol; iv) trabalhos que analisem explicitamente a relação entre crises ou choques de preços dos alimentos e segurança alimentar ou insegurança

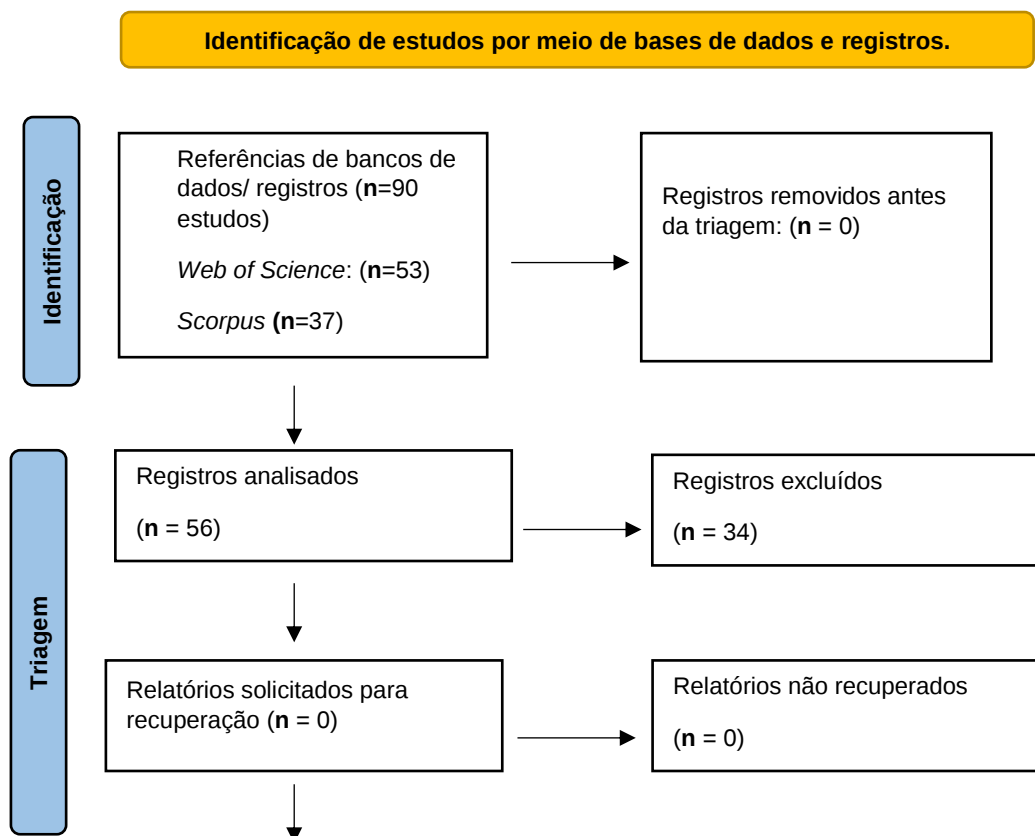
alimentar; e v) estudos que contemplem famílias, domicílios ou populações em contextos urbanos, rurais ou em perspectiva comparativa entre ambos.

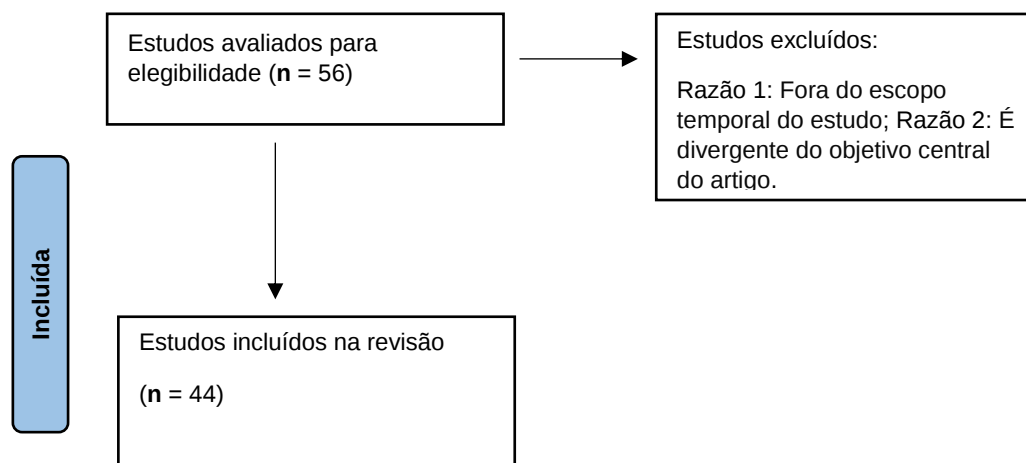
Quadro 1 - Estratégia de busca dos artigos para a RSL

Base de dados	Busca em	String utilizada
Web of Science	Título, resumo, palavras-chave	TS = ("food price shock*" OR "food price inflation" OR "food price crisis") AND TS = ("food security" OR "food insecurity") AND TS = ("urban household*" OR "rural household*" OR urban OR rural)
Scopus	Todos os campos	

Como critérios de exclusão, serão descartados documentos duplicados, resumos sem texto completo, editoriais, ensaios opinativos, relatórios sem arbitragem científica e trabalhos cujo foco recaia apenas sobre preços agrícolas ou funcionamento de mercados sem interface clara com segurança alimentar domiciliar. A definição prévia desses critérios busca reduzir arbitrariedade e fortalecer a coerência interna da revisão, em linha com as recomendações metodológicas de Page et al. (2021) e Xiao e Watson (2019).

Figura 1. Fluxograma da Pesquisa Baseado no Método PRISMA





Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a Figura 1, a etapa inicial de busca recuperou 56 registros nas bases selecionadas, dos quais 35 foram obtidos na *Scopus* e 21 em *Web of Science*. Após a consolidação dos resultados, procedeu-se à identificação e eliminação de duplicatas, tomando-se como critério principal o DOI dos artigos e, quando necessário, a conferência de títulos. Nessa etapa, foram identificados 12 registros duplicados, resultando em um corpus preliminar de 44 artigos únicos, submetidos posteriormente à triagem por título e resumo, conforme os critérios de elegibilidade definidos para a revisão.

Com base nesses procedimentos, a revisão sistemática foi estruturada de modo a assegurar maior transparência na composição do corpus, rigor na seleção dos estudos e consistência na interpretação dos achados. A adoção do protocolo PRISMA, articulada ao recorte temporal de quinze anos, à definição prévia dos critérios de inclusão e exclusão e à organização da análise em eixos temáticos, permite examinar de forma comparativa uma literatura ampla e heterogênea.

Desse modo, a metodologia não se limita a descrever o percurso de busca e seleção dos artigos, mas constitui o fundamento analítico que sustenta a discussão apresentada na seção seguinte, voltada à identificação de convergências, divergências e lacunas na produção científica sobre os impactos das crises de preços dos alimentos na segurança alimentar de famílias urbanas e rurais.

4. Discussão dos Resultados

A análise dos 44 artigos selecionados permite identificar que a literatura sobre crises de preços dos alimentos e segurança alimentar, embora heterogênea em termos de contextos empíricos, métodos e escalas de observação, converge em torno de alguns eixos interpretativos

recorrentes. De modo geral, os estudos mostram que a elevação dos preços dos alimentos compromete a segurança alimentar por diferentes vias, entre as quais se destacam: i) a restrição do acesso econômico aos alimentos; ii) a deterioração da qualidade da dieta e dos indicadores nutricionais; iii) a manifestação desigual dos impactos em contextos urbanos e rurais; iv) a adoção de estratégias domésticas de adaptação; e v) a importância das políticas públicas e das respostas institucionais na mediação desses efeitos.

Assim, mais do que registrar oscilações conjunturais de mercado, a literatura revisada sugere que as crises de preços dos alimentos operam como mecanismos de aprofundamento de vulnerabilidades preexistentes. Em diferentes países e realidades sociais, os estudos indicam que a inflação alimentar tende a incidir com maior intensidade sobre domicílios de baixa renda, fortemente dependentes da compra de alimentos e com reduzida capacidade de absorver choques no custo de vida. Nesse sentido, o aumento dos preços não constitui apenas uma variável econômica isolada, mas um fator que repercute sobre consumo, nutrição, bem-estar e reprodução social, assumindo expressão distinta conforme as condições materiais e institucionais em que os domicílios se inserem.

4.1 Impactos sobre o acesso econômico aos alimentos

O eixo mais recorrente nos artigos analisados refere-se à restrição do acesso econômico aos alimentos. Em linhas gerais, os estudos evidenciam que a elevação dos preços compromete diretamente a capacidade dos domicílios de adquirir alimentos em quantidade suficiente, sobretudo entre famílias pobres, compradoras líquidas de alimentos e fortemente dependentes do mercado. Esse padrão aparece em pesquisas realizadas em contextos tão diversos quanto México, Bangladesh, Etiópia, Tanzânia, Índia, Paquistão e Lesoto, o que confere consistência comparativa ao argumento de que a inflação alimentar amplia a insegurança alimentar por meio da erosão do poder de compra.

No caso mexicano, Dávila (2010) demonstra que a alta dos preços globais dos alimentos intensificou a pobreza e a insegurança alimentar. Em Bangladesh rural, Akter et al. (2014) mostram que choques simultâneos de preços e renda deterioram tanto a segurança alimentar quanto o bem-estar econômico dos domicílios. Na Etiópia, Matz et al. (2015) e Mehare et al. (2025) evidenciam que mudanças nos preços repercutem diretamente na segurança alimentar domiciliar, inclusive com diferenciações importantes segundo gênero. De modo semelhante, Rudolf (2019), ao analisar a Tanzânia, identifica que choques no preço do milho afetam

negativamente a segurança alimentar, sobretudo entre grupos mais expostos à mediação dos mercados.

O ponto que emerge desse conjunto de estudos é que o impacto dos preços não se explica apenas pela variação nominal do custo dos alimentos, mas pela relação entre preços, renda e estrutura de gastos dos domicílios. Em outras palavras, o problema se torna mais agudo quando o orçamento familiar já se encontra comprimido e a alimentação ocupa parcela elevada das despesas correntes. Assim, a literatura indica que a inflação alimentar se converte em insegurança alimentar sobretudo quando encontra domicílios com baixa renda, elevada dependência do mercado e reduzida capacidade de amortecimento econômico.

4.2 Efeitos sobre qualidade da dieta e nutrição

Nesse sentido, se a restrição do acesso econômico constitui o efeito mais imediato das crises de preços, os estudos analisados mostram que seus desdobramentos alcançam também a qualidade da dieta e os indicadores nutricionais. Isso significa que o impacto da inflação alimentar não se resume à diminuição da quantidade consumida, mas se expressa também na substituição de alimentos mais caros e nutritivos por itens mais baratos, menos variados e, em muitos casos, de menor valor nutricional.

Esse processo aparece de forma clara em Martin-Prevel et al. (2012), que mostram que a crise de 2008 afetou negativamente tanto a segurança alimentar quanto a diversidade da dieta em áreas urbanas de Burkina Faso. No Líbano, Zaki et al. (2014) associam o aumento dos preços a prejuízos na ingestão de nutrientes. No Malawi, Harttgen et al. (2016) simulam impactos nutricionais de choques de preços e renda e demonstram efeitos importantes sobre o acesso alimentar e nutricional. Em outra direção, McDevitt-Irwin (2024) aproxima a crise de preços e a anemia infantil no Senegal, sugerindo que o encarecimento dos alimentos pode produzir desdobramentos mensuráveis também em termos de saúde.

Essa dimensão da literatura é particularmente relevante porque amplia o escopo analítico do debate. Os estudos deixam claro que a insegurança alimentar, em contextos de inflação, deve ser compreendida para além da simples insuficiência quantitativa do consumo. A deterioração da diversidade alimentar, a perda de qualidade da dieta e os efeitos sobre a nutrição mostram que o problema envolve, simultaneamente, acesso, qualidade e saúde. Em síntese, a literatura evidencia que a inflação alimentar compromete não apenas a possibilidade de comer, mas também a possibilidade de comer adequadamente.

4.3 Diferenças entre famílias urbanas e rurais

A comparação entre contextos urbanos e rurais ocupa posição central na revisão, mas os artigos mostram que essa distinção precisa ser interpretada com maior refinamento analítico. Parte importante da literatura destaca a vulnerabilidade dos pobres urbanos, dada sua dependência mais imediata da compra de alimentos. Em estudos sobre Zâmbia, Quênia, Lesoto, Irã e cidades do Senegal, por exemplo, o mercado aparece como mediador central do acesso à alimentação, de modo que oscilações de preços repercutem rapidamente sobre o orçamento e o consumo das famílias urbanas.

Entretanto, a revisão também demonstra que as famílias rurais não constituem um grupo homogêneo nem dispõem, automaticamente, de proteção diante da inflação alimentar. Em áreas rurais, domicílios com pouca terra, baixa capacidade produtiva ou inserção predominante como compradores líquidos de alimentos podem ser igualmente, ou até mais, vulneráveis aos choques de preços. É o que se observa em estudos sobre Etiópia, Sri Lanka, Nepal, Malawi e Síria. Rocchi et al. (2013), por exemplo, mostram que a crise na Síria teve viés distributivo desfavorável às famílias rurais. Weerasekara (2013) discute a segurança alimentar rural no Sri Lanka em contexto de crise de preços. Já Akhter et al. (2018) demonstram que a acessibilidade econômica de uma dieta adequada se deteriorou no Nepal rural após a crise de 2008.

O resultado mais consistente desse eixo é que a oposição entre urbano e rural, embora relevante, é insuficiente quando tomada isoladamente. O que confere maior densidade explicativa à literatura é a articulação entre território e outras variáveis, como renda, posição no mercado de alimentos, capacidade de autoconsumo, ativos produtivos e cobertura por políticas públicas. Assim, a comparação entre urbano e rural só ganha força interpretativa quando inserida em uma leitura relacional das desigualdades de acesso à alimentação.

4.4 Estratégias domésticas de adaptação

A respeito das estratégias de adaptação, uma vez comprometido o acesso aos alimentos, os estudos mostram que os domicílios mobilizam diferentes estratégias de adaptação para enfrentar a elevação dos preços. Essa dimensão é importante porque desloca a análise de um efeito meramente econômico para a observação das respostas cotidianas construídas pelas famílias diante da crise. Em lugar de uma reação passiva, a literatura evidencia um conjunto de práticas de ajuste que reorganizam consumo, provisão doméstica, prioridades orçamentárias e, em alguns casos, o próprio uso de recursos produtivos.

Entre as estratégias mais frequentes relatadas pelos estudos estão a substituição por alimentos mais baratos, a redução da quantidade consumida, a diminuição do número de refeições, a reorganização do orçamento doméstico, o adiamento de outros gastos essenciais e o recurso a alternativas alimentares locais. Gazdar et al. (2013), ao analisarem o Paquistão, enfatizam os mecanismos de coping utilizados pelas famílias diante da inflação alimentar. Levay et al. (2013), em Bangladesh, mostram como papéis de gênero e provisão doméstica reconfiguram práticas alimentares em contexto de alta dos preços. Sneyd (2013), em Camarões urbanos, aponta o papel dos alimentos silvestres como alternativa em momentos de crise. Já Alam et al. (2024) mostram que, em Burkina Faso, as famílias recorreram a diferentes mecanismos de enfrentamento diante da pressão dos preços em contexto pandêmico.

Ainda que essas estratégias revelem capacidade de resposta, a literatura sugere que elas frequentemente assumem caráter defensivo e regressivo. Em muitos casos, preserva-se a sobrevivência imediata à custa de piora da dieta, desgaste de ativos, intensificação do trabalho doméstico e aprofundamento de desigualdades intrafamiliares. Por isso, as estratégias de adaptação devem ser lidas não apenas como indicador de resiliência, mas também como sinal dos limites concretos enfrentados pelos domicílios em contextos prolongados de insegurança alimentar.

4.5 Políticas públicas e respostas institucionais

Os limites das estratégias domésticas tornam ainda mais evidente a centralidade das políticas públicas e das respostas institucionais na mediação dos efeitos das crises de preços. Parte importante dos estudos mostra que o impacto da inflação alimentar depende, em larga medida, da presença ou da ausência de mecanismos de proteção social, abastecimento, apoio à produção e regulação. Em outras palavras, os mercados não atuam de forma autônoma sobre os domicílios: seus efeitos são filtrados por arranjos institucionais e capacidades estatais.

Ackello-Ogututu et al. (2011) discutem respostas africanas aos choques de preços, destacando medidas de proteção social e ação governamental. Lampietti et al. (2011) propõem um marco estratégico para fortalecer a segurança alimentar em países árabes, enfatizando produtividade, proteção e redução da vulnerabilidade à volatilidade dos mercados. Savy et al. (2020), por sua vez, mostram, no Senegal, o potencial dos vouchers alimentares para mitigar a insegurança alimentar em contexto de crise. Em outro registro, Moragues-Faus (2017)

evidencia como alianças de política alimentar urbana podem fortalecer respostas locais mais sustentáveis.

O ponto mais relevante desse conjunto de estudos é que as crises de preços não produzem efeitos inevitáveis ou uniformes. Seus impactos são mediados pela densidade das políticas públicas, pela capacidade institucional dos Estados e pela existência de instrumentos capazes de amortecer a transmissão dos choques para o consumo alimentar dos domicílios. Assim, a literatura desloca a discussão de uma leitura estritamente mercadológica para uma abordagem em que segurança alimentar também é questão de governança, proteção social e efetivação do direito à alimentação adequada.

Quando observados em conjunto, os 44 artigos analisados permitem afirmar que as crises de preços dos alimentos afetam a segurança alimentar por meio de mecanismos múltiplos e interdependentes. O efeito mais recorrente é a restrição do acesso econômico aos alimentos, mas os estudos também evidenciam impactos sobre a qualidade da dieta, a nutrição, o bem-estar e a vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, a distinção entre urbano e rural aparece como relevante, embora insuficiente quando dissociada de variáveis como renda, posição de mercado, ativos, gênero e proteção social.

Nessa direção, o Quadro 2, evidencia os principais resultados onde a principal contribuição da literatura revisada está em mostrar que a insegurança alimentar em contextos de crise de preços não pode ser reduzida nem a um problema exclusivamente econômico nem a uma questão meramente territorial. Trata-se, antes, de um fenômeno multidimensional, cuja compreensão exige articular mercado, desigualdade, território, políticas públicas e estratégias domésticas de sobrevivência. É justamente essa leitura relacional que a revisão sistemática permite evidenciar, ao reunir estudos produzidos em diferentes países, contextos e abordagens metodológicas.

Quadro 2 – Síntese dos principais resultados dos artigos selecionados

Autor(es)	Ano	Principais resultados
Ackello-Ogutu et al.	2011	Mostram que choques de preços na África ampliaram a vulnerabilidade alimentar e exigiram respostas estatais de proteção social e mitigação.
Akhter et al.	2018	Evidenciam que, no Nepal rural, a crise de 2008 reduziu a acessibilidade econômica a uma dieta adequada, sobretudo entre os grupos mais vulneráveis.
Akter et al.	2014	Demonstram que choques simultâneos de renda e preços deterioraram a segurança alimentar e o bem-estar econômico em Bangladesh rural.
Alam et al.	2024	Indicam que, em Burkina Faso, os choques de preços no contexto pandêmico agravaram a insegurança alimentar e estimularam mecanismos de enfrentamento.

Belik et al.	2013	Discutem a crise alimentar em perspectiva ampla, associando a alta dos preços ao agravamento da fome e da vulnerabilidade global.
Bhavnani et al.	2023	Mostram que a resiliência à desnutrição aguda no Quênia depende da capacidade de resposta dos domicílios e do contexto local.
Birhanu et al.	2023	Sugerem que a produção avícola de pequenos produtores pode contribuir para redução da pobreza e fortalecimento da segurança alimentar.
Capitanio et al.	2020	Apontam que a volatilidade de preços em áreas rurais do Mediterrâneo constitui fator de risco para a segurança alimentar.
Chisholm et al.	2015	Argumentam que análises desagregadas são essenciais para compreender bem-estar e segurança alimentar em contextos de volatilidade.
Dardeer et al.	2025	Mostram que determinantes estruturais da inflação alimentar afetam a segurança alimentar nos países do Golfo.
Dávila et al.	2010	Evidenciam que a alta dos preços globais dos alimentos agravou pobreza e insegurança alimentar no México.
De Schutter et al.	2012	Defendem a agroecologia como estratégia para fortalecer o direito à alimentação e reduzir vulnerabilidades estruturais.
Drysdale et al.	2021	Demonstram que seca e fragilidade socioeconômica ampliam a insegurança alimentar na África do Sul.
Ecker et al.	2013	Mostram que a insegurança alimentar no Iêmen decorre de fatores múltiplos, econômicos, sociais e institucionais.
Elzaki et al.	2023	Indicam que os países do Golfo enfrentam desafios estruturais persistentes para garantir segurança alimentar.
Gandhi et al.	2014	Discutem como crescimento econômico, demanda e preços pressionam a segurança alimentar em economias emergentes.
Gazdar et al.	2013	Mostram que a inflação alimentar no Paquistão afeta o consumo e leva as famílias a adotar estratégias de adaptação.
Gebre et al.	2025	Sugerem que insegurança alimentar na Etiópia resulta da interação entre clima, preços e limitações institucionais.
Guariso et al.	2014	Relacionam choques de preços à economia política do desenvolvimento agrícola e às escolhas institucionais.
Harttgen et al.	2016	Evidenciam que choques de renda e preços no Malawi afetam negativamente o acesso alimentar e nutricional.
Lampietti et al.	2011	Propõem um marco estratégico para fortalecer a segurança alimentar em países árabes diante da volatilidade dos mercados.
Levay et al.	2013	Mostram que gênero e aumento dos preços influenciam práticas alimentares de gestantes pobres em Bangladesh.
Maes et al.	2010	Relacionam insegurança alimentar e saúde mental em contexto de crise alimentar na Etiópia.
Martin-Prevel et al.	2012	Demonstram que a crise de 2008 reduziu a segurança alimentar e a diversidade da dieta em Burkina Faso urbano.
Mason et al.	2011	Mostram que a crise de 2007–2008 deteriorou a acessibilidade de alimentos básicos em cidades da Zâmbia e do Quênia.
Matz et al.	2015	Evidenciam efeitos negativos dos choques de preços sobre a segurança alimentar em áreas urbanas e rurais da Etiópia.
McCordic et al.	2017	Mostram a elevada vulnerabilidade de domicílios urbanos da África Austral à alta dos preços dos alimentos.
McCordic et al.	2019	Evidenciam que preços mais altos aumentam a insegurança alimentar em contexto urbano no Lesoto.
McDevitt-Irwin et al.	2024	Sugerem associação entre a crise de preços de 2008 e anemia infantil no Senegal.
Mehare et al.	2025	Mostram que mudanças nos preços dos alimentos afetam a segurança alimentar e nutricional na Etiópia, com recorte de gênero.

Moragues-Faus et al.	2017	Indicam que alianças de política alimentar urbana podem fortalecer respostas locais e sustentáveis à insegurança alimentar.
Onoja et al.	2019	Sugerem que a diversificação produtiva com mandioca em áreas periurbanas pode favorecer renda e segurança alimentar.
Rocchi et al.	2013	Mostram que a crise alimentar na Síria agravou pobreza e afetou de forma desfavorável famílias rurais.
Rudolf et al.	2019	Evidenciam que choques no preço do milho prejudicam a segurança alimentar domiciliar na Tanzânia.
Savy et al.	2020	Demonstram que vouchers alimentares podem mitigar a insegurança alimentar em cidades do Senegal durante crise de preços.
Sinha et al.	2019	Mostram que choques de preços alteram o padrão de consumo de famílias rurais e urbanas na Índia.
Sneyd et al.	2013	Sugerem que alimentos silvestres podem funcionar como alternativa de suporte alimentar em contextos urbanos de crise.
Sowunmi et al.	2020	Evidenciam que renda e preços moldam fortemente o consumo de alimentos básicos na Nigéria.
Verpoorten et al.	2013	Mostram disseminação ampla da insegurança alimentar na África durante a crise de preços.
Weerasekara et al.	2013	Discutem como respostas de política pública afetaram a segurança alimentar rural no Sri Lanka.
Willwerth et al.	2025	Mostram que choques globais de combustíveis, fertilizantes e alimentos repercutem nos mercados locais e afetam sistemas alimentares.
Yovo et al.	2023	Identificam determinantes econômicos da segurança alimentar domiciliar no Togo com base nos gastos alimentares.
Zaki et al.	2014	Evidenciam que a alta dos preços dos alimentos compromete a ingestão de nutrientes no Líbano.
Zoungrana et al.	2024	Sugerem que clima, política monetária e preços interagem no agravamento da insegurança alimentar na África Subsaariana.

Em síntese, os resultados da revisão indicam que a alta dos preços dos alimentos tende a agravar a insegurança alimentar em contextos urbanos e rurais, mas com intensidade e formas de manifestação distintas, conforme as condições materiais e institucionais em que os domicílios se inserem. Mais do que confirmar a existência de efeitos negativos, a literatura mostra que esses efeitos são mediados por renda, estrutura de gastos, capacidade de autoconsumo, gênero, proteção social e arranjos de governança. Desse modo, a revisão contribui para deslocar o debate de explicações unidimensionais para uma compreensão mais complexa e comparativa do problema, oferecendo base analítica mais consistente para refletir sobre políticas públicas sensíveis às desigualdades que atravessam o acesso à alimentação

5. Considerações finais

Este artigo buscou analisar, por meio de revisão sistemática da literatura, os impactos das crises de preços dos alimentos sobre a segurança alimentar de famílias urbanas e rurais, tomando como base a produção científica publicada entre 2010 e 2025. A literatura revisada permite concluir que a elevação dos preços dos alimentos afeta a segurança alimentar por

múltiplas vias, sendo a mais recorrente a restrição do acesso econômico aos alimentos. Em diferentes contextos nacionais, os estudos mostram que a inflação alimentar compromete o poder de compra dos domicílios, pressiona o orçamento familiar e aprofunda vulnerabilidades previamente existentes, sobretudo entre grupos de baixa renda e fortemente dependentes do mercado para sua alimentação.

Além desse efeito mais imediato, os artigos analisados também evidenciam que as crises de preços repercutem sobre a qualidade da dieta e sobre dimensões nutricionais da segurança alimentar. A substituição de alimentos mais caros por itens mais baratos e menos nutritivos, a redução da diversidade alimentar e, em alguns casos, os efeitos sobre indicadores de saúde revelam que o problema não se limita à quantidade de alimentos consumidos, mas alcança também a adequação nutricional e as condições mais amplas de bem-estar. Nesse sentido, a literatura reforça a necessidade de compreender a segurança alimentar de forma ampliada, articulando acesso, qualidade e nutrição.

Outro resultado importante da revisão é a constatação de que a distinção entre urbano e rural, embora relevante, não deve ser tomada como chave explicativa suficiente. Os estudos mostram que a vulnerabilidade à alta dos preços não decorre apenas da localização territorial dos domicílios, mas da combinação entre renda, posição nos mercados alimentares, capacidade de autoconsumo, ativos produtivos, gênero e cobertura por políticas públicas. Assim, ainda que parte da literatura destaque a exposição dos pobres urbanos, dada sua dependência mais direta da compra de alimentos, os trabalhos voltados ao meio rural mostram que muitas famílias também se encontram fortemente expostas quando não dispõem de condições materiais para amortecer os choques de preços.

A revisão também evidencia que os domicílios mobilizam diferentes estratégias de adaptação diante da inflação alimentar, tais como redução do número de refeições, substituição por alimentos de menor custo, reorganização do orçamento doméstico e recurso a alternativas alimentares locais. Embora essas estratégias indiquem capacidade de resposta, elas também revelam os limites concretos enfrentados pelas famílias em contextos prolongados de insegurança alimentar, uma vez que frequentemente implicam precarização do consumo, piora da dieta e aprofundamento das desigualdades intradomiciliares.

Do ponto de vista das políticas públicas, os estudos apontam que os efeitos das crises de preços não são inevitáveis nem homogêneos. Sua intensidade depende, em larga medida, da capacidade institucional dos Estados, da existência de redes de proteção social, de mecanismos de abastecimento e de instrumentos de mitigação capazes de amortecer a transmissão dos

choques para o consumo alimentar dos domicílios. Essa constatação é especialmente relevante porque desloca o debate de uma leitura estritamente mercadológica para uma abordagem mais ampla, em que segurança alimentar também se vincula à proteção social, à governança e ao direito humano à alimentação adequada.

Em termos analíticos, a principal contribuição da revisão está em evidenciar que a insegurança alimentar em contextos de crise de preços constitui um fenômeno multidimensional, que exige a articulação entre mercado, desigualdade, território, políticas públicas e estratégias domésticas de sobrevivência. Ao reunir estudos produzidos em diferentes países e contextos, a revisão sistemática permitiu identificar convergências importantes, mas também mostrou a necessidade de aprofundar comparações entre grupos sociais, territórios e desenhos institucionais, especialmente em contextos nacionais marcados por forte desigualdade.

Por fim, cabe destacar que a literatura ainda apresenta algumas lacunas. Entre elas, sobressaem a necessidade de maior número de estudos comparativos entre urbano e rural, o aprofundamento de análises sobre gênero, raça e outros marcadores sociais da desigualdade, bem como a ampliação de pesquisas voltadas à avaliação de políticas públicas em contextos de inflação alimentar. Nesse sentido, futuras investigações podem contribuir para refinar a compreensão dos mecanismos pelos quais os choques de preços se convertem em insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, oferecer subsídios mais robustos para a formulação de respostas públicas sensíveis às diferentes formas de vulnerabilidade que atravessam o acesso à alimentação.

Referências

ACKELLO-OGUTU, Chris et al. Managing food security implications of food price shocks in Africa. *Journal of African Economies*, Oxford, v. 20, supl. 1, p. i100-i122, 2011.

AKHTER, Sonia. The impacts of food price and income shocks on household food security and economic well-being: evidence from rural Bangladesh. *Global Environmental Change*, [S. l.], v. 25, p. 150-162, 2014.

AKHTER, Nisha et al. Change in cost and affordability of a typical and nutritionally adequate diet among socio-economic groups in rural Nepal after the 2008 food price crisis. *Food Security*, Dordrecht, v. 10, n. 3, p. 615-629, 2018.

ALAM, S. A. et al. Navigating food price shocks in a pandemic: food insecurity and coping mechanisms in Burkina Faso. *World Development*, Oxford, v. 186, 2024.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANSAN 2024-2027*. Brasília, DF: CAISAN, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/iii_plansan.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

CARDOSO, Luiz Carlos Bresser et al. Inflação de alimentos no Brasil. In: VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia; CONTINI, Elisio (org.). *Agricultura brasileira: da porteira para dentro e de fora para o mundo*. Brasília, DF: Ipea, 2025.

DÁVILA, Omar Gerardo. Food security and poverty in Mexico: the impact of higher global food prices. *Food Security*, Dordrecht, v. 2, n. 4, p. 383-393, 2010.

DOMENE, Sandra Maria Alvares et al. Segurança alimentar: reflexões sobre um problema complexo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 37, n. 109, p. 181-206, 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS et al. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025: addressing high food price inflation for food security and nutrition*. Rome: FAO, 2025.

HARTTGEN, Kenneth et al. Analyzing nutritional impacts of price and income related shocks in Malawi: simulating household entitlements to food. *Food Policy*, Guildford, v. 60, p. 31-43, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua: segurança alimentar 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 62, n. 4, e281936, 2024.

LAMPIETTI, Julian A. et al. A strategic framework for improving food security in Arab countries. *Food Security*, Dordrecht, v. 3, n. 1, p. 7-22, 2011.

LEVAY, Andie V. et al. Influence of gender roles and rising food prices on poor, pregnant women's eating and food provisioning practices in Dhaka, Bangladesh. *Reproductive Health*, London, v. 10, n. 53, 2013.

MARTIN-PREVEL, Yves et al. The 2008 food price crisis negatively affected household food security and dietary diversity in urban Burkina Faso. *The Journal of Nutrition*, Rockville, v. 142, n. 9, p. 1748-1755, 2012.

MASON, Nicole M. et al. Putting the 2007/2008 global food crisis in longer-term perspective: trends in staple food affordability in urban Zambia and Kenya. *Food Policy*, Guildford, v. 36, n. 3, p. 350-367, 2011.

MATZ, Julia Anna; KALKUHL, Matthias; ABEGAZ, Getachew. The short-term impact of price shocks on food security: evidence from urban and rural Ethiopia. *Food Security*, Dordrecht, v. 7, n. 3, p. 657-679, 2015.

MCDEVITT-IRWIN, Jamie. Child anemia and the 2008 food price crisis in Senegal. *Demographic Research*, Rostock, v. 50, p. 1-34, 2024.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, London, v. 372, n. 71, 2021.

ROCCHI, Benedetto et al. Agriculture reform and food crisis in Syria: impacts on poverty and inequality. *Food Policy*, Guildford, v. 43, p. 226-237, 2013.

RODRIGUES, Aline Caroline; ROSALES, Maritza; COSTA, Lorena Vieira. Preços de alimentos e segurança alimentar: evidências para os domicílios brasileiros. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 55, n. 3, 2025.

RUDOLF, Rebecca. The impact of maize price shocks on household food security: panel evidence from Tanzania. *Food Policy*, Guildford, v. 85, p. 90-101, 2019.

SAVY, Michelle et al. Impact of a food voucher program in alleviating household food insecurity in two cities in Senegal during a food price crisis. *Food Security*, Dordrecht, v. 12, n. 4, p. 799-812, 2020.

SNEYD, Lauren Q. Wild food, prices, diets and development: sustainability and food security in urban Cameroon. *Sustainability*, Basel, v. 5, n. 11, p. 4728-4759, 2013.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, Amsterdam, v. 104, p. 333-339, 2019.

VERPOORTEN, Marijke et al. Self-reported food insecurity in Africa during the food price crisis. *Food Policy*, Guildford, v. 39, p. 51-63, 2013.

WEERASEKARA, W. A. P. C. The impact of policy responses to the food price crisis and rural food security in Sri Lanka. *Future of Food: Journal on Food, Agriculture and Society*, Kassel, v. 1, n. 2, p. 54-63, 2013.

XIAO, Yu; WATSON, Maria. Guidance on conducting a systematic literature review. *Journal of Planning Education and Research*, Thousand Oaks, v. 39, n. 1, p. 93-112, 2019.

YOVO, K. et al. Assess the level and the determinants of household food security in Togo: the food expenditures approach. *Scientific African*, Amsterdam, v. 22, e01895, 2023.

ZAKI, Samar A. et al. The impact of food price increases on nutrient intake in Lebanon. *Agricultural and Food Economics*, Heidelberg, v. 2, n. 3, 2014.